



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

ANTONIETA NOGUEIRA DOS SANTOS BARBOSA

**POSSIBILIDADES DE APRENDIZAGEM ESCOLAR DO ALUNO COM SÍNDROME
DE DOWN UM RELATO DE EXPERIÊNCIA**

MOSSORÓ

2017

ANTONIETA NOGUEIRA DOS SANTOS BARBOSA

**POSSIBILIDADES DE APRENDIZAGEM ESCOLAR DO ALUNO COM SÍNDROME
DE DOWN UM RELATO DE EXPERIÊNCIA**

Artigo apresentado ao Curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal Rural do Semi-Árido como requisito para obtenção do título de Especialização em Atendimento Educacional Especializado.

Orientador: Prof.(a) Ma. Glaudenia Alves Moura.

MOSSORÓ

2017

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela oportunidade e pelo privilégio que nos foram dados em compartilhar tamanha experiência, com entusiasmo e firmeza no transcorrer desta caminhada.

A minha orientadora Glaudenia Alves Moura, pelo suporte e incentivo no pouco tempo que lhe coube.

E a todos que direta ou indiretamente me apoiaram nesta caminhada.

RESUMO

Semelhante à educação de um modo geral, o aluno com síndrome de Down necessita de posturas didáticas que o contemplem em suas limitações e potencialidades, para isso, o professor e a escola precisam adotar ferramentas de ensino diferenciadas para que abra caminhos a uma aprendizagem efetiva. Este trabalho propõe algumas posturas didáticas utilizadas no ambiente escolar para superar os desafios do ensino ao aluno Síndrome de Down. A justificativa desse tema tem pertinência ao universo acadêmico ao trazer informações úteis aos professores que se encontram em tal contexto em sala de aula. A metodologia é qualitativa, pois não é o nosso intuito mensurar os dados, mas trazer posturas que inspirem os leitores e professores de como fazer a inclusão do aluno Síndrome de Down no ambiente escolar. O procedimento técnico adotado é o relato de experiência em que eu como professora de Atendimento Educacional Especializado observei a rotina de professores desses alunos na escola Antônio Gomes, município de Mossoró/RN. Nosso objetivo principal é apontar ações pedagógicas que possibilitem a aprendizagem do aluno Síndrome de Down no contexto escolar. Nessa via, a pesquisa trata de responder aos seguintes objetivos específicos: evidenciar a necessidade da escola adotar posturas inclusivas; e, especificar quais são as posturas didáticas que favorecem a aprendizagem do aluno Síndrome de Down. O saldo do nosso trabalho traz a compreensão de que a escola precisa se transformar para receber o aluno Síndrome de Down, em aspectos atitudinais, estruturais e curriculares. O professor precisa ter também um apoio formativo para que consiga promover um ensino com qualidade para esse aluno Síndrome de Down, respeitando suas limitações e enfrentando os desafios com estratégias eficazes.

PALAVRAS-CHAVES: ESCOLA; PRÁTICAS INCLUSIVAS; SÍNDROME DE DOWN.

ABSTRACT

Similar to regular education, the Down syndrome student needs didactic positions to contemplate their limitations and potentialities, based on this, teacher and school need to adopt teaching tools adapted to open paths to effective learning. This scientific article proposes didactic postures used in the school environment to overcome challenges in teaching the student Down Syndrome. The justification of this theme is pertinent to the academic universe because it brings useful information to teachers who find themselves in classroom context. The methodology is qualitative, because it is not our intention to measure the data, but to bring postures that inspire readers and teachers on how to make the inclusion of the Down Syndrome student in the school environment. The technical procedure adopted is the experience report in which I as a teacher of Specialized Educational Services observed the routine of teachers of these students in the school Antônio Gomes, municipality of Mossoró / RN. Our main objective is to point out pedagogical actions that enable students to learn Down Syndrome in the school context. In this sense, the research tries to answer the following specific objectives: to show the need of the school to adopt inclusive postures; And, specify which are the didactic positions that favor the student's learning Down Syndrome. The balance of our work brings the understanding that the school needs to be transformed to receive the student Down Syndrome in attitudinal, structural and curricular aspects. The teacher must also have a formative support so that he can promote a quality education for this Down Syndrome student, respecting his limitations and facing the challenges with effective strategies.

KEYWORDS: DOWN'S SYNDROME; INCLUSIVE PRACTICES; SCHOOL.

1 INTRODUÇÃO

Estudar o contexto de inserção na escola regular do aluno com Síndrome de Down é relevante, pois traz no seu corpo o resultado de fatores biológicos que certamente é alvo de olhares diferenciados na sala de aula, e no momento de luta em relação a inclusão como medida favorável ao exercício do respeito à diversidade. Em relação às pessoas com deficiência, o tema em questão passa a ser objeto de amplas repercussões no âmbito educacional, evidenciando sua pertinência no âmbito escolar.

A temática proposta oferece amplas oportunidades de desenvolver reflexões no sentido de entender as possibilidades para incluir a pessoa com Síndrome de Down na escola regular superando os obstáculos encontrados. Diante disto, focalizamos em qualidade educacional para o Síndrome de Down na escola regular, dentro desse processo estão os personagens colaboradores desse processo inclusivo: escola, família e comunidade escolar.

Avaliamos, mediante as experiências pessoais dentro das instituições escolares que a escola, ainda, não está convencida, mesmo diante das leis, de que é preciso adequar-se para receber crianças com deficiência conforme aponta Mantoan (2006, p.16),

A inclusão escolar está articulada a movimentos sociais mais amplos, que exigem maior igualdade e mecanismos mais equitativos no acesso a bens e serviços. Ligadas a sociedades democráticas que estão pautadas no mérito individual e na igualdade de oportunidades, a inclusão propõe a desigualdade de tratamento como forma de restituir a igualdade que foi rompida por formas segregadora de ensino especial e regular.

Pensando na construção da escola inclusiva e nas relações de aprendizagens com alunos Síndrome de Down, que justificamos a proposta de investigar o processo de acesso ao conhecimento de alunos com a referida deficiência, visto que, alguns fatores de ordem estrutural são impedimentos para que a inclusão de fato aconteça.

Ao ensino da pessoa com Síndrome de Down é preciso atentar às suas particularidades, já que a deficiência afeta os indivíduos em aspectos motores e intelectuais. Quanto às características Nascimento (2008) diz que, são algumas delas: dificuldade em compreender instruções, vocabulário menor, problemas na aprendizagem e no trato com a linguagem social em virtude das limitações da cavidade bucal menor, boca e músculos da língua mais fracos prejudicando a pronúncia de palavras; muitos alunos com síndrome de Down têm um período de concentração menor e são facilmente distraídos; eles também se cansam facilmente, algumas vezes, ocasionados por problemas cardíacos; crianças com Síndrome de Down geralmente levam mais tempo para aprender a consolidar novas

habilidades; a capacidade de aprender e reter pode variar de dia para dia e de pessoa para pessoa; o comportamento varia das particularidades e ritmos de cada criança e seu entorno; o baixo tônus nos dedos e no pulso atrapalham a aquisição das habilidades escritas.

Considerando essas características particulares à Síndrome de Down, a educação da criança com Síndrome de Down deve começar o quanto antes possível com estimulações capazes de integrá-la progressivamente ao meio ambiente e à vida social, destacamos nesse aspecto a necessidade da inserção do aluno Síndrome de Down na escola desde os primeiros anos escolares.

Nosso objetivo principal é apontar ações pedagógicas que possibilitem a aprendizagem do aluno Síndrome de Down no contexto escolar evidenciando a inclusão educacional desta pessoa. Nessa via, a pesquisa trata de responder aos seguintes objetivos específicos: evidenciar quais posturas da escola se enquadram em práticas inclusivas; e, especificar quais são as posturas didáticas que promovem a aprendizagem do aluno Síndrome de Down.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Referencial teórico

Em revisão literária pela legislação brasileira, os arquivos do Palácio do Planalto registram que por muitos anos o Brasil foi signatário de tratados internacionais¹ e após decretos e resoluções o Brasil institui a LBI – Lei Brasileira de inclusão Nº 13.146/2015 que entrou em vigor em janeiro de 2016. A lei marcou o reconhecimento legal dos direitos das pessoas com deficiência no âmbito nacional.

Em um passeio teórico sobre a temática, durante a antiguidade, as crianças que apresentavam características distintas eram tratadas com uma perspectiva discriminatórias, devido a comparação existente entre os sujeitos e a relação da negação e não aceitação da diferença e não frequentava as escolas. Outro fator que contribuiu para o processo de marginalização dos diferentes foram as crenças religiosas e os movimentos místicos existentes, o que colaborou para as práticas de infanticídio e abandono desses sujeitos que eram considerados fruto de maldições ou pecados dos pais, (MAIA, 2005).

Na Idade Média, o processo de exclusão prevalecia. Nesse período, a Igreja condenava a prática do infanticídio em sujeitos com problemas sensoriais, porém, a mesma Igreja não impedia ou criminalizava as práticas de infanticídio e abandono de sujeitos que apresentavam

¹ Declaração Mundial de Educação para todos (1990), Declaração de Salamanca (1994) e Convenção da Guatemala (1999) promulgada no Brasil em 2001 através do decreto Nº 3956.

deformidades infantis consideradas demoníacas, como deficiência mental, deficiências múltiplas etc. Nessa época, as pessoas com deficiência eram consideradas possuídas pelo demônio e frequentemente apedrejadas ou mortas em fogueiras pela Inquisição.

Voltaremos ao cenário nacional (1994) através da Secretária de Educação Especial (SEESP), começam a ser instituídas as novas diretrizes para a educação especial, que, na época, seguiram os princípios propostos pela Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994), o que significou uma quebra paradigmática nas propostas de equidade educacional. De acordo com a referida declaração:

Em vez de focalizar a deficiência da pessoa, enfatiza o ensino e a escola, bem como as formas e condições de aprendizagem; em vez de procurar, no aluno, a origem de um problema, define-se pelo tipo de resposta educativa e de recursos e apoios que a escola deve proporcionar-lhe para que obtenha sucesso escolar; por fim, em vez de pressupor que o aluno deva ajustar-se a padrões de “normalidade” para aprender, aponta para a escola o desafio desajustar-se para atender à diversidade de seus alunos. (BRASIL, 1994, p. 12)

Algumas experiências têm demonstrado que o progresso dos alunos que foram estimulados desde bebês é mais acelerado do que os que receberam tardiamente, geralmente não desenvolvem estratégias espontâneas e este é um fato que deve ser considerado em seu processo de aquisição de aprendizagem, já que esta, terá muitas dificuldades em resolver problemas e encontrar soluções sozinhas (NASCIMENTO, 2008).

A criança com Síndrome de Down tem possibilidades de se desenvolver e executar atividades diárias e adquirir formação profissional. A linguagem e as atividades como leitura e escrita podem ser desenvolvidas a partir das experiências próprias, variará de pessoa para pessoa. A aprendizagem precisa sempre partir do concreto². Na alfabetização e no ensino da matemática, por exemplo, símbolos podem ser aprendidos com certa facilidade, embora seja difícil associá-los a conceitos e a quantidades. O processo de abstração é lento, mas possível. O aprendizado não pode ser isolado é preciso conectar as disciplinas. (PIMENTEL, 2012).

Considerar as características próprias da Síndrome de Down é preciso para enxergarmos quais mudanças no aspecto educacionais devem ser repensadas para viabilizar o desenvolvimento cognitivo do aluno com SD e buscar superação de barreiras. Ações pedagógicas planejadas para viabilizar a aprendizagem escolar do aluno SD evidenciam uma escola e professor, preocupados em incluir.

² Exemplo: manuseio de objetos relacionados à aula. Aula de ciências partes da planta, trazer uma muda para visualização e contato com a planta de modo concreto, e assim, ir explicando suas funções e estruturas.

Acreditamos que a começar na escola, podemos construir um novo tipo de sociedade, mesmo que, através de transformações consideradas pequenas, mas importantes, que haja inclusão no modo operante das pessoas que convivem com a pessoa com Necessidades Educativas Especiais, (DAURI, 2008).

2.2 Metodologia

Essa pesquisa é baseada em um relato de experiência que aconteceu na Escola Estadual Antônio Gomes, localizada no município de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte. A escola atende ao público de 1º ao 5º ano e funciona nos três turnos. Os relatos de experiência são fruto do meu³ trabalho como professora de Atendimento Educacional Especializado em observação e registros realizados por mim, através de diários profissionais, durante os anos de 2015 e 2016. Nesse período a escola recebeu o aluno Síndrome de Down: Loran⁴ de 15 anos que cursou o 4º ano (2015) e o 5º ano (2016) do ensino fundamental.

A escolha dos relatos de experiência se deve por descrever uma experiência com detalhes, que irá contribuir de forma relevante para a área de atuação de outros professores de alunos Síndrome de Down. As fontes de informação são os relatórios de pesquisa registrados por mim, ao descrever a situação vivenciada, por entender que,

O Relatório, além de se referir a um projeto ou a um período em particular, visa pura e simplesmente a historiar seu desenvolvimento, muito mais no sentido de apresentar os caminhos percorridos, de descrever as atividades realizadas e de apreciar os resultados – parciais ou finais – obtidos. (PRADANOV, p.157, 2013)

Por fazer os relatórios semestrais de acompanhamento ao aluno com Síndrome de Down, acompanhei a evolução pedagógica e o dia a dia escolar. Minhas visitas na sala de aula aconteciam uma vez por semana onde eu o observava por duas horas sentando ao lado do aluno SD.

As observações tinham intuítos específicos que variaram no decorrer do tempo observado, eram alguns deles: registrar o comportamento da turma com o aluno SD, as dificuldades da professora em ensinar ao aluno, nível do conteúdo com equivalência ao desenvolvimento de Loran, se ocorria resistências ao ensino e entre outros. A partir das minhas observações estudava propostas para otimizar a aprendizagem do aluno e apresentava à professora e coordenação pedagógica. Mediante o trabalho desenvolvido com a escola e

³ Em alguns momentos o trabalho apresenta marcas verbais da primeira pessoa do singular, para marcar os relatos de experiência da autora.

⁴ Nome fictício utilizado para resguardar a identidade do aluno e dos professores.

com as professoras da sala regular, foi possível registrar as posturas pedagógicas adotadas na inclusão educacional de Loran que favoreceram sua aprendizagem na escola regular.

2.3 Resultados/Discussão

Escolas inclusivas propõem um modo de se constituir o sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades segundo Sasaki (1997). A inclusão causa uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades na escola, mas apoia a todos: professores, alunos, pessoal administrativo, para que obtenham sucesso no âmbito educacional geral. A meta da inclusão é não deixar ninguém fora do sistema escolar, que terá de se adaptar às particularidades e potencialidade de todos os alunos para promover uma educação de qualidade. Segundo Stainback e Stainback (1999, p. 21),

A educação inclusiva pode ser definida como a prática da inclusão de todos independente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou cultural em escolas e salas de aula onde as necessidades desses alunos sejam satisfeitas. O que norteia as Diretrizes Nacionais da Educação Especial para Educação Básica é o princípio da Inclusão. Esse princípio fala da importância do entendimento das diferenças individuais e que a escola deve se adaptar aos alunos com deficiência e não o contrário.

É fundamental que a escola desenvolva o máximo de habilidades do aluno Síndrome de Down em todas as áreas, as potencialidades do conhecimento, as habilidades atuais e futuras de aprendizagem do aluno. O trabalho com a criança deve se centrar no contato e interação com o outro e as eventuais complementações das atividades pedagógicas desenvolvidas devem ser informais, através do jogo espontâneo, da relação com o colega e com o material adequado. Assim de forma agradável e prazerosa a criança vai desenvolvendo atividades físicas, emocionais e cognitivas que possibilitam a elaboração do pensamento. Nesta fase, a manutenção da fluidez e flexibilidade neuropsicológica é fundamental para se evitar rigidez precoce, que acarreta a redução da utilização de estratégias no âmbito da aprendizagem, (SCHWARTZMAN, 1999, p.241).

É salutar destacar o papel dos professores no processo de inclusão, pois são esses profissionais, que estabelecem maior contato com os alunos e respondem pedagogicamente por ele. No início do contato com as professoras, percebi a dificuldade que elas tiveram no ensino a Loran. Após reunião pedagógica, em uma conversa com a professora que o ensinou no 4º ano, a professora alegou que a falta de formação inicial e continuada adequada dificultou o seu trabalho, mas que isso, não seria um impedimento para buscar o aprendizado

de Loran e que ela contaria com minha ajuda para tal feito. Considera-se que os professores devem mediar o ensino auxiliando as crianças ao agrupamento e conexão das informações e, desse modo, ajudando-as a melhorar seu desempenho em atividades de memorização. As novas informações e conceitos trabalhados devem sempre ser conectados, significativamente, aos conhecimentos prévios do aprendente (PIMENTEL, 2012).

Eram algumas das características de Loran logo que ele chegou na escola: costumava ficar muito tempo ocioso, por não conseguir acompanhar as atividades planejadas para a turma, então, tendo observado o seu desejo por aprender e o prazer que sentia em estar envolvido com as atividades, enxerguei nisto um ponto a se trabalhar aproveitando suas habilidades. Ele se distraía facilmente com barulhos ou movimentos, não tinha autonomia para ir ao banheiro ou realizar seus cuidados básicos; falava com todos da escola, mas na hora dos grupos costumava se isolar em virtude do preconceito e exclusão que sentia dos demais colegas; não era alfabetizado, conhecia todas as vogais; não juntava as sílabas identificando o som; conhecia algumas consoantes e realizava contagem até vinte. Considerando tais características, utilizamos vários recursos metodológicos visando o progresso do aluno, com adoção de estratégias funcionais na busca de alternativas para potencializar os aspectos cognitivos, social, motor, a atenção, concentração e localização espacial, as quais, se apresentam no próximo tópico.

Me dispus a ajuda-la e então em contato com a direção observei que era necessário, agora, com a presença de Loran, de uma vez ao mês destinar trinta minutos para discutirmos sobre inclusão escolar. A direção acatou minha sugestão e uma vez ao mês, ou em meses alternados, eu organizava uma pauta com o tema educação inclusiva trazendo sugestões práticas de como podíamos transformar nossa escola em um espaço de respeito às diferenças⁵.

Os momentos de debates aconteciam nas extras-regências ou em jornadas pedagógicas. Essa iniciativa dos debates sobre inclusão auxiliou para que a escola de um modo geral, refletisse sobre a função de cada um no processo de inclusão de Loran.

Durante os anos de trabalho com Loran, as professoras, de forma autônoma, desenvolveram relevantes estratégias que favoreceram o ensino do aluno Down, foram elas: a localização do aluno em sala de aula, ele ficava na segunda fileira a uns metros da professora e próximo ao aluno com o melhor desempenho da sala, desse modo, quando a professora dava apoio a outros alunos Loran ficava assistido por colegas que o ajudavam na realização de sua

⁵ Dentre as temáticas abordadas nas reuniões: os personagens da escola responsáveis por incluir o aluno com deficiência, como conscientizar os demais alunos, a cidadania das pessoas com deficiência, legislação inclusiva, tecnologias assistivas para pessoas com deficiência, estudos das deficiências (autismo, deficiência intelectual, paralisia cerebral, síndrome de Down), materiais pedagógicos adaptados.

atividade; dentro das regras escolares estava latente na sala de aula a necessidade ações solidárias estas, foram desenvolvidas a favor no aluno SD que sempre tinha uma companhia para o lanche; e, as avaliações tinham muitas imagens para favorecer o entendimento de Loran já que ele não era alfabetizado até o momento. Na produção da avaliação eu estava dando o apoio para organizar as imagens e favorecer à compreensão dos enunciados.

Ainda nos primeiros dias de aula de Loran foram feitas as seguintes mudanças: Focamos em preparar o ambiente para que a turma contribuísse para o bem-estar do aluno, então, sem a presença de Loran na sala. Primeiro expomos para a turma de Loran o que é a Síndrome de Down, as potencialidades desses alunos, a necessidade de respeito aos diferentes e o direito à educação que é de todos. Neste momento fizemos um slide para apresentar tais temáticas e ao fim pedimos que produzissem uma redação respondendo à seguinte problemática: Como podemos ajudar a incluir? No fim do trabalho houve a socialização de algumas redações produzidas pelos alunos e percebemos a disponibilidade dos alunos em incluir.

Com a finalidade de aprofundar as relações sociais em toda a escola fizemos uma roda de conversa sobre a importância da interação social no processo de inclusão, onde foram socializados vários relatos de experiências vivenciados pelos próprios alunos quando se sentiram excluídos por serem diferentes, relatos, inclusive, de preconceito sofrido partindo de parentes ou colegas. Organizamos com cada turno dois filmes em uma sessão de cinema: “Colegas” e “O oitavo dia”, ambos, falavam da deficiência de Loran. Nesta atividade os alunos reconstruíram suas relações sociais com o diferente e buscaram uma nova postura junto a Loran. Desde esse momento, Loran ia sendo inserido em grupos dentro e fora da sala e sempre aparecia um voluntário para auxiliá-lo nas tarefas.

A presença da família na escola é fator essencial para valorizar o potencial do aluno, além de permitir melhor compreensão e colaboração com o seu desenvolvimento, minimizando as dúvidas e ansiedade que os pais têm sobre o processo de aprendizagem (PIMENTEL, 2012). Outro passo, foi então, a conversa com a comunidade escolar em um espaço de quinze minutos na reunião geral de pais e mestres. Nesse momento eu a professora de Loran do 4º ano utilizamos o mesmo slide usado com os alunos e ao fim lançamos a reflexão: você, como seria ser recebido pela escola se tivesse uma deficiência. Alguns pais responderam com ações positivas e atitudes inclusivas, esses foram três.

A escola também precisa estar atenta para fazer os encaminhamentos necessários a outros profissionais que possam dar assistência ao professor em sala de aula, como por exemplo, psicopedagogos, fonoaudiólogos e fisioterapeutas. Loran entrou na nossa escola sem

realizar nenhum acompanhamento de tais profissionais, então, em conversa com seus familiares e professores elencamos a necessidade de encaminhá-lo ao fonoaudiólogo e terapeuta ocupacional para uma melhor qualidade de ensino.

Em muitas escolas, ainda o aluno com necessidade especiais é recebido em sala, ficando isolado dos demais, porque falta aos profissionais de educação o legítimo entendimento do processo inclusivo, a capacitação para exercer esse papel e, à escola, falta-lhe recursos pedagógicos para propiciar as condições para a aprendizagem e a inclusão (MANTOAN, 2006, p.36).

O encaminhamento foi oficializado através de um relatório que atentava para as seguintes habilidades a serem desenvolvidas pelo aluno: melhorar a comunicação através da pronuncia correta das palavras, realização de atividades diárias de forma autônoma e aprimorar a concentração. Os frutos do acompanhamento foram visíveis após seis meses de terapia, visualizados no desempenho acadêmico do aluno, conseguia colorir sem borrados severos, iniciava e concluía as atividades propostas e estava mais autônomo nas tarefas do dia-a-dia, inclusive, de sua higiene pessoal.

O maior desafio é fazer com que a inclusão ocorra, sem perdermos de vista que além das oportunidades, é preciso garantir o avanço na aprendizagem, bem como, no desenvolvimento integral do indivíduo com necessidades educacionais especiais (PIMENTEL, 2012). Em quase dez anos de atuação na educação inclusiva considero, que quando o assunto é incluir é preciso que essas mudanças atinjam todas as esferas da escola, o currículo é um deles. Nesse aspecto, observei que sendo currículo escolar o documento burocrático que organiza a escola, ele também deveria abranger o perfil dos alunos com deficiência citando modos de fazer referentes a inclusão. Através do trabalho em conjunto da coordenadora pedagógica e eu adaptamos o currículo escolar de modo a respeitar as diferenças e favorecer a inclusão escolar conforme nos indica Cunha 2006, p. 29,

A realidade pedagógica do educando fará com que cada etapa superada demande uma nova. Prioriza-se uma série de afazeres ligados ao seu cotidiano, concernentes à sua independência, que vão desde a higiene pessoal à linguagem escrita, da alimentação à matemática. O que é mais importante aprender naquele momento deverá ser favorecido.

Nesse aspecto, o conteúdo ministrado seguia o perfil do educando. Foram organizadas atividades para favorecer a ampla participação de Loran em todos os momentos ofertados dentro do ambiente escolar, todos eles organizados para respeitar suas características individuais. Ao adaptar suas atividades, tentei aproximar o conteúdo trabalhado em sala de modo que fosse trabalho em tempo necessário a respeitar seu ritmo de aprendizagem e para que ele aprendesse o conteúdo com qualidade.

Um exemplo está nas atividades de língua portuguesa no ensino dos verbos, para ensinar esse conteúdo pesquisei na web algumas figuras que mostravam pessoas praticando ações (correr, saltar, nadar e etc.). Primeiro, perguntei a Loran se eles estavam fazendo alguma coisa e ele respondeu que estavam nadando, correndo e saltando. Após isso, expliquei que essas ações praticadas são classificadas pela Língua Portuguesa de verbos. Repassei à professora do 5º ano, o modo como havia trabalhado os verbos e, na própria explicação à toda a sala, ela seguia com a mesma lógica de ensino, perguntas fáceis e mostrando imagens. No decorrer das aulas, quando haviam situações corriqueiras que falavam de ações, o aluno associava a verbo, nos fazendo ver que houve aprendizado.

Alguns alunos da educação inclusiva verbalizam, outros são verbais, mas possuem dificuldades de comunicação. Diferentemente da transmissão, onde pode haver interrupções ou ruídos, a comunicação pressupõe uma proposição acabada, uma ação intransitiva, que não precisa de complemento, pois se presume que atingiu o seu fim. (MANTOAN, 2006, p.36)

Na matéria de matemática nos estudos sobre números e suas representações, sugeri à professora utilizar um jogo de encaixe que o aluno relacionaria o número e a quantidade como um dominó, uma peça havia o algarismo e na outra a representação da sua quantidade. Loran gostava muito de jogos educativos, em seus atendimentos na sala de AEE ele sempre pedia para utilizar e apresentava boa aprendizagem quando ensinávamos a ele através destes. Logo o aluno aprendeu a representatividade dos números sabendo contar e escrever até cinquenta.

Na disciplina de ciências quando os alunos aprendiam sobre a evolução das espécies produzi junto com a professora do 4º ano um jogo sequenciado sobre cada fase dos animais. O jogo possuía o nível de evolução das seguintes formas de vida: árvore, ser humano, vaca, sapo e da borboleta. As gravuras mostravam cada fase de vida e era solicitado ao Loran que ele ordenasse o início e o final do ciclo de cada animal em um papel com números ordinais de um a quatro. Com o auxílio desse jogo foi possível ao aluno compreender sobre a evolução das espécies entendendo melhor o seu próprio ciclo de vida, um exemplo dessa ocorrência, foi quando ele disse “acabou vovó”, relatando o fim de ciclo de vida de sua falecida avó.

Na matéria de geografia quando estudava as noções espaciais e pontos cardeais a professora utilizou pontos de referência ambiente que ele convivia (rua, bairro, escola) fazendo um mapa fictício de onde seria a sua escola, casa, a padaria e o parque. Em cada local a professora colou gravuras representados tais ambientes e ao lado colocou os referidos pontos cardeais. Com um carrinho em cima do mapa a professora orientou Loran a seguir o caminho norte, onde ele chegaria a sua casa, e assim fez com os demais locais dizendo seus respectivos pontos cardeais.

As atividades avaliativas eram momentos de prazer para Loran, ele se sentia feliz em participar da prova com todos os colegas, pois se sentia como os demais ao estar na mesma condição de avaliação. O aluno fazia a prova na sala de aula junto com todos e obedecia às regras quanto ao silêncio na sala e a não conversar com os colegas. As atividades avaliativas do aluno, eram realizadas com o auxílio de uma pessoa que atuava como leitor, pois ele não sabia ler ou escrever. A atividade vinha com um número fictício quantificando-a (exemplo: dez, oito, nove) para elevar a autoestima do aluno, pois percebeu-se que ele sentia orgulho da nota conquistada.

A avaliação era qualitativa, durante todo o semestre era registrado os avanços e limitações com base nas atividades feitas em cada ciclo. A atividade de fim de semestre servia para visualizar se houve ou não o alcance de conhecimento e habilidades e nos orientavam no planejamento pedagógico no decorrer dos próximos semestres. Na mediação diária, utilizamos as atividades que permitirão o melhor desenvolvimento do aprendente, o que mais se afina ao seu perfil, atentando para as qualidades, as dificuldades, as carências e os desafios. A mediação exercida aqui teve um caráter avaliativo, pois cada tarefa superada requereu um novo planejamento, (CUNHA, 2006, p.82).

As atividades avaliativas, conforme as aptidões de Loran, solicitavam que ele marcasse, pintasse, ligasse, desenhasse, fizesse x (xis), ou seja, tudo aquilo que já estava dentro da realidade de sala de aula dele, o que mudava eram as questões. As avaliações eram diferentes e se adequavam ao nível de habilidade de Loran: provas orais, escritas, desenhos e trabalhos de pesquisa.

Tendo exposto algumas das posturas práticas no ensino ao aluno Síndrome de Down na escola regular através do meu relato de experiência, deixo o direcionamento aos demais leitores que tiverem contato a esse artigo de buscarem respostas aos seguintes questionamentos: como adaptar um currículo inclusivo? E como construir jogos pedagógicos adaptados a determinadas deficiências.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante a pesquisa desenvolvida, acredita-se que as escolas precisam organizar-se de forma a se adequar às diferentes necessidades educativas dos seus alunos, promovendo a adaptações curriculares, arquitetônica e de funcionamento, mobilizando recursos materiais e humanos, e tomando iniciativas diversas no âmbito da formação de professores. O momento que presenciamos é de afirmação da inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais específicas na rede regular de ensino. A legislação é clara ao descrever sobre a

obrigatoriedade de acolhimento e matrícula de todos os alunos, sem distinção e independente de suas necessidades ou diferenças. Entretanto, não é suficiente apenas esse acolhimento, mas que o aluno com Necessidades Educacionais Especiais tenha condições efetivas de aprendizagem e desenvolvimento de suas potencialidades. Sendo assim, o presente estudo discutiu sobre o processo de inclusão do aluno Loran, Síndrome de Down e das posturas didáticas utilizadas que possibilitaram a sua inclusão educacional na escola regular.

Observamos através do contato com a experiência escolar de Loran que a construção de uma vida escolar autônoma para um aluno Síndrome de Down depende, desde cedo, da estimulação precoce das suas habilidades e potencialidades e devemos enxergar isso nos alunos que entram nas nossas salas de aula. Outra perspectiva que detectamos é que o aluno aprende com qualidade em um ambiente propício e harmonioso, onde se sente livre para libertar seu potencial cognitivo e, para isso acontecer, devemos fechar espaços para o preconceito.

Apesar de terem o aprendizado um pouco mais lento que o comum é possível estimular desde cedo, os alunos SD, para que desenvolvam suas capacidades, tenham menos dificuldades no futuro, saibam viver e conviver em sociedade. É um exercício cidadão o acesso à educação de qualidade com acompanhamento adequado, ambiente propício, instrução profissional e respeito às suas individualidades.

Consideramos com essa abordagem que o exercício da capacidade lógica, de raciocínio, interpretação e organização das informações dos alunos Síndrome de Down acontece, de forma gradativa e é melhorada por meio dos incentivos da instituição de ensino e dos demais tratamentos terapêuticos. O acolhimento da escola é fundamental para as pessoas com deficiência, pois as mesmas, possuem seu lugar na sociedade, tanto na condição de beneficiários dos bens e serviços que ela dispõe e, também, como contribuintes ativos no desenvolvimento social, econômico, cultural e político da nação.

O saldo do nosso trabalho traz a compreensão de que: a escola precisa se transformar para receber o aluno Síndrome de Down em aspectos atitudinais, estruturais e curriculares; o professor precisa ter, também, um apoio formativo/profissional especializado para que consiga promover um ensino com qualidade para esse aluno Síndrome de Down, respeitando suas limitações e enfrentando os desafios; e, que quando todos os profissionais da instituição assumem seu papel na inclusão dos alunos com deficiência e efetivam suas ações, temos nessa máxima, um exemplo de escola inclusiva.

Incentivamos maiores investigações sobre a temática por acreditar na contribuição que outras realidades podem fornecer e, inclusive, estimular o debate acerca do processo inclusivo

de alunos Síndrome de Down. Nesse mote, sugerimos aos interessados que desenvolvam outras problemáticas, as quais se encontrem com a nossa discussão, são sugestões: Como ocorre a inclusão dos alunos com deficiência nas escolas estaduais do Rio Grande do Norte, e quais medidas interventivas são adotadas para uma escola incluir a diversidade?

REFERÊNCIAS

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação** (Lei 9.394). Brasília, Centro Gráfico, 1996.

JANNUZZI, G. **A luta pela educação do deficiente mental no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1985.

LAKATOS, Eva Maria; MARCINI, Marina Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Atlas, 1983.

MAIA, Christiane M. **Quem olha quem?** Câmeras online na escola de educação infantil. Porto Alegre. 2005. Projeto de Tese de Doutorado PPGEDU/ UFRGS.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Compreendendo a deficiência mental: novos caminhos educacionais**. São Paulo: Editora Scipione, 1988.

_____; PRIETO, Rosângela Gavioli. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. Valéria Amorim, organizadora. São Paulo: Summus, 2006.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. **Verbete Declaração de Salamanca**. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/declaracao-de-salamanca/>>. Acesso em: 28 de mai. 2017.

MUSTACCHI, Z.; ROZONT, G. **Síndrome de Down: aspectos clínicos e odontológicos**. São Paulo: CID, 1990.

NASCIMENTO, Dauri Lima do. **Síndrome de DOWN**. Quem sou eu? Inclusão social de crianças com Síndrome de DOWN. Mossoró, RN: UERN, 2008.

PERREIRA, Olívia; MACHADO, Therezinha. **Educação especial: atuais desafios**. São Paulo: Interamericana, 1980.

PIERRE, Vayer; CHARLES, Rocin. **A integração da criança deficiente na classe**. São Paulo: Manole, 1989. Trad. Maria Ermandina Galvão Gomes Perreira.

PIMENTEL, Susana Couto. **Conviver com a Síndrome de Down em escola inclusiva: mediação pedagógica e formação de conceitos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

PRODANOV, Cleber Cristiano. Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico / Cleber Cristiano Prodanov, Ernani Cesar de Freitas. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

REY, Luiz. Como redigir trabalhos científicos. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1972.

SASSAKI, R.K. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SCHWARTZAN, J. S. **Síndrome de Down**. São Paulo: Mackenzie, 1999.

SEVERINO, Antonio J. **Metodologia do trabalho científico**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, Willian. **Inclusão**: um guia para educadores. Trad. Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

THOMPSON, M. W.; WCINNES, R. R.; WILLIARD, H. F. **Genética médica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1993.

VAYER, Pierre; RONCIN, Charles. **Integração da criança deficiente na classe**. São Paulo: Manole, 1989.